



iD
INSTITUTO
DIPLOMÁTICO

EVOLUIR

Augusto Santos Silva

EVOLUIR

**NOVOS CONTRIBUTOS
PARA A POLÍTICA EUROPEIA
E EXTERNA DE PORTUGAL**

**LISBOA
TINTA-DA-CHINA
MMXX**

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	II
PRIMEIRA PARTE: Linhas de rumo	
CAPÍTULO I	
Um hexágono	17
CAPÍTULO II	
Posicionamento geopolítico e política externa	48
CAPÍTULO III	
2020 em perspetiva	86
CAPÍTULO IV	
A internacionalização da economia portuguesa	110
SEGUNDA PARTE: Inter-relações	
CAPÍTULO V	
O futuro da Europa no mundo	125
CAPÍTULO VI	
A importância da Europa atlântica na Europa pós- <i>Brexit</i>	143
CAPÍTULO VII	
A NATO como organização política	152
CAPÍTULO VIII	
Portugal e os Estados Unidos: uma aliança duradoura	167

© 2020, Augusto Santos Silva
e Edições tinta-da-china, Lda.
Rua Francisco Ferrer, 6A
1500-461 Lisboa
Tels.: 21 726 90 28/29
E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

Título: *Evoluir. Novos contributos
para a política europeia
e externa de Portugal*

Autor: Augusto Santos Silva
Revisão: Tinta-da-china

Capa e composição: Tinta-da-china (P. Serpa)

1.ª edição: Junho de 2020

ISBN: 978-989-671-549-6
Depósito Legal n.º 470295/20

CAPÍTULO IX	
Europa, África e o papel central de Portugal	187
CAPÍTULO X	
Europeus, ibéricos, latino-americanos	196
CAPÍTULO XI	
Nós, a Europa e a China	208
CAPÍTULO XII	
Outras relações, outras prioridades	219
POSFÁCIO	231
NOTA BIBLIOGRÁFICA	241
TABELA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	245

EVOLUIR

APRESENTAÇÃO

Creio que o título e o subtítulo desta obra explicam com clareza suficiente a sua natureza e o seu propósito. Começamos pelo subtítulo: «novos contributos» implica continuidade. E a verdade é que o volume se inscreve na linha aberta pelo meu anterior livro *Argumentos Necessários: Contributos para a política europeia e externa de Portugal*, publicado, em 2018, pela editora Tinta-da-china. Vale para este a caracterização que fiz para aquele: trata-se de reunir textos de efetiva autoria pessoal, no exercício das funções de ministro dos Negócios Estrangeiros e sobre temas de política pública nessa área de governação; foram retidos apenas textos de um certo fôlego analítico e normativo, o que significou a exclusão de artigos e discursos mais circunstanciais; tendo sido escritos para ocasiões singulares e sendo assim textos datados, fiz agora um esforço de atualização de dados e factos supervenientes, através, designadamente, das notas de rodapé; só me responsabilizam a mim, embora quase todos resultem de elaborações conceptuais e discussões sobre modalidades de ação e comunicação em que beneficiei do esforço coletivo das equipas com que tenho trabalhado.

A seleção procurou assegurar coerência temática e é isso que explica que este volume se organize em duas partes. Versa a primeira sobre as orientações estratégicas globais; dedica-se a segunda a campos específicos de relacionamento político-diplomático, no quadro da Europa e do espaço euro-atlântico e no quadro das relações de Portugal e da Europa com o Reino

Unido, os Estados Unidos, África, a América Latina e a China. Um último capítulo lembra que a lista não esgota o conjunto das inter-relações, assinalando, como exemplo, as especificidades do mundo de língua portuguesa, do mundo mediterrâneo e da Índia. Um posfácio, escrito em abril de 2020, faz um último esforço de reflexão sobre orientações e prioridades do próximo futuro, à luz da irrupção e das dramáticas consequências da segunda pandemia do século XXI, originada pelo novo coronavírus Covid-19.

Este livro prossegue o mesmo duplo objetivo do anterior: apresentar e fundamentar as razões das políticas, levando-as ao conhecimento público o mais alargado possível; e incentivar o debate franco e estruturado sobre tais razões. Só assim é que pode eventualmente contribuir para o desenvolvimento da política europeia e externa de Portugal. Mas acrescenta um terceiro objetivo, que lhe é próprio e que o título escolhido — *Evoluir* — exprime à cabeça: mostrar que, sendo inteiramente certa, a meu ver, a percepção generalizada de que predomina, na área dos Negócios Estrangeiros, a unidade e a continuidade das prioridades fundamentais e dos principais modos de agir (quer dizer, a estabilidade da política e da diplomacia), o que é uma vantagem de Portugal quando comparado com muitos outros países, tal não implica nem cristalização de posições, nem unanimismo de doutrinas, nem incapacidade de adaptação e mudança.

Pelo contrário: bastará passar ao capítulo I para constatar que, tanto quanto alcanço, a solidez dos valores e das finalidades constitutivas da política pública democrática — a Europa, o laço transatlântico, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, as comunidades portuguesas e lusodescendentes residentes no estrangeiro — nem impediu o seu desenvolvimento e maturação, nem travou a emergência de novas prioridades, que tenho, aliás, proposto sejam consideradas ao mesmo nível das anteriores, designadamente a internacionalização e o multilateralismo. E daí

a imagem de um hexágono. Aliás, quanto mais robustas são as opções de base, melhor a preparação para se acompanhar a história, adaptar-se às circunstâncias, gerir-se a incerteza e os riscos e antecipar-se as mudanças. O que sempre se fará em dois planos interligados: o da teoria e doutrina geral (a que o livro dedica, repito, a primeira parte) e o das realidades concretas do jogo de atores que em cada momento define o sistema de relações internacionais (e daí os casos da segunda parte).

Este livro não esconde, pois, a sua tese: que a política europeia e externa da democracia portuguesa tem evoluído; que precisa de evoluir; que evoluir não é pôr em causa a sua matriz mas, ao invés, fortalecê-la; e que vale a pena refletirmos e falarmos em conjunto sobre a evolução, quer das estruturas e dos factos, quer das políticas que operam no meio deles e sobre eles.

É que, não dispondo ninguém, numa sociedade e num regime pluralistas, do monopólio do saber ou da verdade, só há uma maneira de nos irmos aproximando, assintoticamente, deles: divulgarmos o que pensamos, explicando o que fazemos ou propomos fazer, e debater entre nós, com humildade intelectual, abertura de espírito, gosto pelas ideias, rigor analítico e respeito mútuo.

PRIMEIRA PARTE

Linhas de rumo

CAPÍTULO I

Um hexágono

UMA MATRIZ CLARA E EM DESENVOLVIMENTO

A política europeia e externa de Portugal baseia-se numa matriz clara e estável*. Todos o sabemos e valorizamos. Uma forma simples e eloquente de descrevê-la é imaginá-la como um quadrilátero, em cujos lados estivesse escrito «construção europeia», «elo transatlântico», «valorização da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)» e «ligação com as comunidades residentes no estrangeiro».

A clareza e a estabilidade desta matriz são um recurso fundamental do país, quer interna, quer externamente: trazem coerência e continuidade a uma dimensão crítica da sua soberania e da sua participação na ordem mundial. Isto não significa, contudo, cristalização. Exatamente porque é inequívoca e estrutural, a matriz permite e acolhe harmoniosamente adaptações e desenvolvimentos.

Eis o que tem sucedido, de duas maneiras complementares. De uma banda, uma elaboração digamos que interna ao quadrilátero fundacional, que robustece, moderniza e densifica os seus elementos primaciais. Da outra banda, o progressivo acrescento de novos elementos que, ou por adição ou por autonomização, vão-se constituindo progressivamente em outras traves-mestras da política europeia e externa, de tal modo que o quadrilátero vai adquirindo pouco a pouco outra forma poligonal.

Vejo e aprecio este duplo movimento, em anos mais ou menos (consoante os casos) recentes. E pergunto-me, em particular,

* Intervenção no Seminário Diplomático, Lisboa, 3 de janeiro de 2018.

se não é hora de o discurso político atualizar a enunciação dos termos habituais do nosso quadrilátero referencial e juntar-lhe dois outros lados — a internacionalização e o multilateralismo — assim transformando-o num hexágono. Por isso, decidi fazer este exercício. Julgo que ele ilumina bem os desenvolvimentos da nossa ação europeia e externa e os desafios que enfrentará no corrente ano.

DESENVOLVIMENTOS E DESAFIOS NA POLÍTICA EUROPEIA

Muitas questões nos interpelarão na União Europeia (UE). O posicionamento nacional que vimos consolidando ajudar-nos-á a enfrentá-las.

Três traços o caracterizam.

Um é o empenho constante nas etapas de aprofundamento da construção europeia e de maior integração, como, no seu tempo, o Programa Erasmus, a Política Comum de Segurança e Defesa, o Processo de Bolonha, a União Monetária, o Espaço Schengen, a arquitetura institucional do Tratado de Lisboa; ou, agora, o lançamento da Cooperação Estruturada Permanente. Empenhamento também nos sucessivos alargamentos, que foram aproximando mais a UE do conjunto do continente europeu e se revelaram tão essenciais à transição democrática dos países da antiga Europa de Leste, como já antes tinha ocorrido com a Grécia, Portugal e a Espanha.

Este envolvimento tem sido ativo, no sentido em que não nos limitamos a aderir: procuramos contribuir e contribuímos, quer na fase da conceção, quer na decisão e implementação, para que se produzam avanços na construção europeia. Basta lembrar a responsabilidade da presidência portuguesa da União, no segundo semestre de 2007, na extensão a leste do Espaço Schengen e na

conclusão do Tratado de Lisboa. Logicamente, ativo quer dizer crítico.

Concedo que nos primeiros anos da integração, após 1986, a atitude a que se convencionou chamar de bom aluno fosse não apenas necessária como útil: era preciso demonstrar a natureza inequívoca da adesão e a capacidade de cumprir as regras e rentabilizar os fundos disponibilizados por Bruxelas para a coesão e o desenvolvimento regional. A prova ficou feita e não pode tornar-se apenas obediência ou filiação cega. Pelo contrário, nós, como os outros, devemos aferir as finalidades, as dimensões e os ritmos da integração segundo critérios de conformidade com os valores e os interesses europeus e de benefício para os interesses nacionais. Por exemplo: a forma como, em 2016 e 2017, afirmámos e cumprimos o compromisso com as regras da União Económica e Monetária, garantindo a saída do Procedimento por Défices Excessivos, não nos inibiu de fazer vingar, também no palco europeu, a opção por outras políticas económicas e financeiras, longe da ortodoxia austeritária, assim como de adotar posição bem crítica, e a nosso ver justificada, face a essas mesmas regras, advogando mudança, aperfeiçoamento ou, ao menos, como sustentava a Comissão Juncker, «aplicação inteligente».

O segundo traço do nosso posicionamento na União Europeia é a recusa da cristalização de divisões regionais, culturais ou ideológicas.

A Europa que faz sentido, quer do ponto de vista histórico, quer como projeto presente, é uma Europa das nações, marcada pela multiplicidade e a diversidade das tradições, das identidades, das instituições e dos padrões coletivos de comportamento. Tal mosaico é a sua riqueza; e é lógico que, dentro dele, se cultivem as afinidades eletivas, geo-históricas e políticas entre nações e conjuntos de nações. Portugal compreende bem a centralidade da vizinhança com Espanha, da aliança histórica com a Inglaterra e o Reino Unido, ou da proximidade a tantos títulos

construída com a França ou a Itália, o Luxemburgo ou a Alemanha, a Irlanda ou a Suécia. Estamos completamente à vontade nas cimeiras informais dos sete países do sul, ou no Diálogo 5+5, que liga os cinco países europeus e os cinco países africanos do Mediterrâneo Ocidental. E respeitamos, naturalmente, outras formações plurinacionais dentro da União Europeia ou na interação com a sua vizinhança.

Contudo, estas afinidades não podem ser cristalizadas em divisões permanentes, incluindo uns e segregando os outros, e em oposições esquemáticas, que enfraqueceriam a Europa. Se há várias Europas, se o Sul e o Norte ou o Oeste e o Leste se diferenciam por elementos objetivos que seria estultícia ignorar, não é porque se oponham, nem porque não consigam comunicar. Ao invés, a diversidade deve servir para construir a unidade e o consenso europeu nas questões essenciais, para que a direção e o ritmo da construção europeia respeitem as diferenças e envolvam todos, e não sejam considerados por uns como imposição e pelos outros como dominação. Na sua diversidade, a Europa é una; e nós queremos contribuir para essa unidade complexa, viva e integradora.

Por isso, a linha de conduta seguida pelos representantes portugueses é sempre de participação na construção dos consensos necessários ao processo de decisão europeu. Não apenas porque essa é geralmente a regra (mesmo quando não é exigida unanimidade, o número de votos indispensáveis é elevado), mas sobretudo porque corresponde ao entendimento do projeto europeu como inclusivo e integrador.

Empenhamento ativo; respeito pela diversidade; aposta nas pontes e nos consensos: tais são, portanto, as marcas essenciais do posicionamento português na União Europeia. Ajudar-nos-ão, mais uma vez, a enfrentar os próximos desafios.

Que são muitos e nenhum deve ser desvalorizado. Penso na defesa do Estado de direito e da democracia pluralista; na prevenção da radicalização e no combate ao extremismo violento e ao

terrorismo; no respeito pelo direito internacional humanitário e de asilo; na política de migrações, que ofereça a migração legal, segura e ordenada como alternativa à emigração ilegal e ao tráfico de seres humanos; na implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais; na promoção da mobilidade escolar, académica e profissional; na união da energia e no tema específico das interconexões; na economia digital; na ação contra as alterações climáticas e pela descarbonização; na segurança humana e na proteção civil; na política comercial; no *Brexit*; nas políticas de vizinhança, a leste e a sul; nas parcerias de desenvolvimento com África, as Caraíbas e o Pacífico. E ainda poderia acrescentar outros desafios que interpelam a União.

Mas há três cuja especial importância justifica um foco particular: a reforma do euro, a preparação das novas Perspetivas Financeiras e o lançamento da Cooperação Estruturada Permanente.

De facto, a União Económica e Monetária tem de ser completada (ou concluída, ou aprofundada, para usar outros termos habituais no debate em Bruxelas e Frankfurt); mas, para sê-lo, deve ser reformada, corrigindo-se ou (se se quiser) aperfeiçoando-se alguns dos aspetos essenciais. Entre os quais figuram a união bancária, a evolução do Mecanismo Europeu de Estabilidade para um Fundo Monetário e a criação de uma capacidade orçamental própria, que possa providenciar instrumentos de estabilização macroeconómica e resposta a crises e instrumentos de apoio ao investimento. A crise que vivemos, primeiro desde 2008 e depois desde 2010, foi ultrapassada. Mas nada disto nos deve iludir. A União Económica e Monetária tem de ser aperfeiçoada para que possa responder melhor aos próximos choques, designadamente aos de efeitos assimétricos, e para que possa ser um fator de convergência, e não de divergência, entre as economias, atento também o modelo social que é nosso*.

* Como o viria a mostrar, em 2020, a pandemia do novo coronavírus, Covid-19, que provocou uma crise, desta vez simétrica, de enorme escala, em toda a União Europeia.

Quanto à preparação do Quadro Financeiro Plurianual pós-2020, ou das próximas Perspetivas Financeiras, deparamos com um duplo problema: do lado da receita, o *Brexit* significa a saída de um contribuinte líquido para o orçamento comunitário; do lado da despesa, várias políticas de claro valor acrescentado europeu, como as que dizem respeito à segurança e defesa, às migrações, às alterações climáticas ou à transição energética, atingirão uma dimensão incompatível com a dotação orçamental mínima de que agora dispõem. Portugal tem insistido na necessidade de uma mudança qualitativa no modo de encarar as questões financeiras, superando as divisões erradas e obsoletas entre contribuintes e beneficiários, ou entre partidários da coesão e apóstolos da competitividade; e colocando no centro do debate a questão básica de saber o que fazer para que a convergência económica e social, no âmbito da Zona Euro e também no âmbito da União Europeia, seja promovida.

Finalmente, a participação de Portugal na Cooperação Estruturada Permanente (CEP), isto é, na cooperação reforçada no âmbito da defesa e segurança, obedece a seis princípios, todos importantes. A CEP é uma *nova* dimensão de integração, que não substitui nenhuma outra, mas se acrescenta a todas as restantes. Em particular, exigindo a disponibilidade para investir mais em capacidades e operações militares e de segurança, tem de ser sustentada em bases económicas e financeiras sólidas, isto é, ir de par com a reforma e conclusão da União Monetária. Para que a consolidação e o equilíbrio das contas públicas se façam sentir em todos os domínios de ação coletiva, o mesmo sucedendo com as dinâmicas de crescimento da economia e do emprego. Em segundo lugar, trata-se de incrementar a cooperação entre Estados soberanos, e nunca de dissolver ou cercear a autonomia de cada Estado, numa área que é o próprio coração da soberania nacional. Depois, a CEP tem como objetivo central robustecer o pilar europeu da comunidade de segurança transatlântica. Fuja-

mos, pois, de fórmulas equívocas, como a «autonomia estratégica da Europa» e insistamos, ao invés, na complementaridade com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO). A CEP deve ser, pois, alinhada com o reforço da cooperação entre União Europeia e NATO, na sequência da respetiva declaração conjunta na Cimeira de Varsóvia, em 2017. Em quarto lugar, as questões de segurança e defesa devem ser consideradas em sentido amplo. Os ciberataques são hoje elementos tão importantes como as ameaças externas convencionais, que vinham por terra, ar ou mar; a segurança energética e a segurança marítima são dimensões cruciais da segurança coletiva, porque delas depende o abastecimento tempestivo dessa fonte essencial que é a energia ou grande parte do comércio internacional de bens. Em quinto lugar, devemos aproveitar a CEP para avançar na base industrial e tecnológica de defesa europeia, porque este é um campo em que o Velho Continente segue ainda muito atrás, face aos Estados Unidos, constituindo ao mesmo tempo uma das áreas em que a colaboração transnacional produz efeitos mais positivos, permitindo à indústria europeia ganhar escala e competitividade. O que requer (sexto princípio orientador) uma atenção particular às pequenas e médias empresas, para que este setor económico e tecnológico se inscreva também como motor da dinâmica económica e social mais geral de convergência entre os Estados-membros.

A pertença à União Europeia é uma opção estratégica, que o país fez em devido tempo e mantém como escolha coletiva fundamental. É um envolvimento ativo, que assume todas as consequências e encargos; procuramos contribuir para os processos de decisão com ideias e iniciativas próprias e a preocupação constante de erguer as pontes necessárias para o estabelecimento dos consensos indispensáveis ao avanço da construção europeia. Hoje com responsabilidades adicionais, não só em virtude de o ministro Mário Centeno ter sido eleito para a presidência do Eurogrupo como também pela atenção com que nos ouvem

nos diversos formatos institucionais, do Conselho Europeu à Comissão e ao Parlamento Europeu, passando pelas várias formações do Conselho.

DESENVOLVIMENTOS E DESAFIOS NO ELO TRANSATLÂNTICO

Costumamos designar como «elo transatlântico» a prioridade com que legendamos o segundo lado do quadrilátero em que figuramos a nossa política externa. Quer ele dizer duas coisas: a importância que concedemos à comunidade política e de segurança constituída pela Europa e a América do Norte, de que a NATO é uma expressão maior, mas não deveria ser a única; e o posicionamento e o papel que desempenhamos nela, como um particular ponto dessa interação.

Ora, o facto é que, em 2017, o contexto mudou. E muito. Há elementos felizes e outros preocupantes nessa mudança. Ponho, sem qualquer hesitação, do lado dos primeiros a conclusão do CETA, o acordo comercial entre a UE e o Canadá. Não posso deixar de colocar do lado dos segundos a alteração da política norte-americana face à Europa e às agendas multilaterais, e o congelamento das negociações para o Tratado Transatlântico de Comércio e Investimento (TTIP). Quanto ao *Brexit* — outra manifestação do que interpreto como uma tendência geral de retraimento do universo anglo-saxónico face à Europa e às dinâmicas globais do mundo — digo que é necessário todo o empenho para que produza o menor número de efeitos negativos. A saída do Reino Unido é, em si mesma, um evento triste e prejudicial, porque a UE perde, pela primeira vez, um Estado-membro e porque o Reino Unido abdica de uma ligação particularmente poderosa com o conjunto do continente. Temos agora de trabalhar em conjunto para minimizar as perdas e reduzir as

incertezas, construindo uma nova forma de relacionamento e olhando com mais atenção para a grande plataforma que resta de articulação entre britânicos e restantes europeus — a NATO.

O contexto transatlântico mudou, pois, e importa reconhecê-lo. Isso não significa, porém, que se tenha alterado a natureza estrutural do elo transatlântico e ainda menos significa que ele se estivesse a tornar desnecessário. Um país europeu atlântico, como Portugal, tem de estar, e está, na primeira linha dos que o afirmam. Já vimos que a Cooperação Estruturada Permanente não deve ser vista como um *ersatz* da Aliança Atlântica. Mas é preciso ser mais enfático: se os norte-americanos parecem sentir dúvidas sobre a justeza da sua própria política externa de 1917 a 2017, é hora de serem os europeus a enaltecer os valores e as finalidades da relação de proximidade entre a Europa e a América do Norte, seja no plano geopolítico, seja no plano económico e comercial, seja no plano da segurança e defesa.

Entretanto, a diplomacia portuguesa há de também ter em mente que esta mudança no contexto transatlântico não deixa de constituir uma oportunidade para fazer valer a maneira como vemos, enquanto país, o Atlântico. Há décadas que, sem nunca perder de vista a especificidade do bloco político-militar do Atlântico Norte, insistimos em ver o Oceano Atlântico como um todo, Sul e Norte, Norte e Sul. Não nos deixámos levar por aquelas generalizações precipitadas, infelizmente correntes na representação mais popular das relações internacionais, e que, no caso, chegaram a decretar que o Atlântico era passado, pertencendo ao Pacífico o século XXI.

A centralidade do Atlântico continua a ser um facto evidente. E, se a comunidade norte-atlântica é um ingrediente básico de tal centralidade, ela deve saber interagir, nos termos e com o cuidado indispensáveis, com o Atlântico Sul. Portugal pugna por um diálogo permanente e estreito entre a Europa, as Américas e África. Nesse diálogo, desempenha um certo papel e acrescenta um valor

TABELA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACP para a União Europeia, o conjunto dos países da África Subsaariana, Caraíbas e Pacífico.	CETA Acordo Económico e de Comércio Global entre a União Europeia e o Canadá.
AICEP Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal.	CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
AIR Center <i>Atlantic International Research Center</i> .	DAESH Estado Islâmico do Iraque e do Levante, organização jihadista de inspiração islamista sunita (também dita ISIS).
Benelux o conjunto formado pela Bélgica, os Países Baixos e o Luxemburgo.	FAO Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.
Brexit referência ao processo de saída do Reino Unido da União Europeia.	FLAD Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
BRI Iniciativa Faixa e Rota.	(Fundação) EULAC Fundação União Europeia-América Latina e Caraíbas.
BRICS o conjunto formado por Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul.	G20 Reunião informal das 20 maiores economias mundiais.
CeDA Centro de Defesa do Atlântico (anteriormente dito CeSA , Centro de Segurança do Atlântico).	IILP Instituto Internacional da Língua Portuguesa.
CEDEAO Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (também dita ECOWAS).	InovContacto Programa de estágios no estrangeiro para jovens licenciados, gerido pela AICEP.
CELAC Comunidade dos Estados Latino-Americanos e das Caraíbas.	MNE Ministério dos Negócios Estrangeiros.
CEP Cooperação Estruturada Permanente (no domínio da defesa, no interior da União Europeia; também dita PESCO).	Med-7 o conjunto formado por Chipre, Espanha, França, Grécia, Itália, Malta e Portugal.

- NATO** Organização do Tratado do Atlântico Norte (também dita **OTAN**, ou **Aliança Atlântica**).
- NEWL** *National Examinations in World Languages*.
- NU** Nações Unidas (também ditas **ONU**).
- OCDE** Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (também dita **OECD**).
- OMC** Organização Mundial do Comércio (também dita **WTO**).
- OMS** Organização Mundial da Saúde (também dita **WHO**).
- OSCE** Organização para a Cooperação e a Segurança na Europa.
- PALCUS** *Portuguese-American Leadership Council of the United States*.
- PAPS** *Portuguese-American Postgraduate Society*.
- PIPA** Programas e Iniciativas e Projetos Adstritos, na Conferência Ibero-Americana.
- SADC** Comunidade do Desenvolvimento da África Austral.
- SOFID** Sociedade Financeira para o Desenvolvimento.
- (Tratado) BBNJ** Áreas marítimas para além de jurisdição nacional.
- TTIP** Tratado Transatlântico de Comércio e Investimento.
- UA** União Africana (também grafada **AU**).
- UE** União Europeia (também grafada **EU**).
- UNESCO** Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
- UNICEF** Fundo das Nações Unidas para a Infância.
- 5G** Quinta geração de redes de telecomunicações.

EVOLUIR

foi composto em caracteres
Hoefler Text e impresso em papel
Coral Book de 80 g, na Eigal,
Indústria Gráfica, no mês de
Maio de 2020.

